



ISSN: 2230-9926

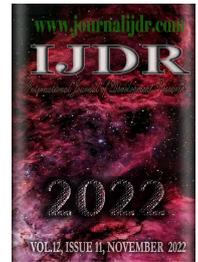
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 11, pp. 60612-60616, November, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.25791.11.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS E SOCIAIS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Bruna Cabral Barreto de Souza*, Tamiles Souza Oliveira, Aline Vieira Simões, Vilara Maria Mesquita Mendes Pires, Vanda Palmarella Rodrigues, Alba Benemerita Alves Vilela and Juliana Costa Machado

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié – BA, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 08th September, 2022
Received in revised form
26th September, 2022
Accepted 11th October, 2022
Published online 30th November, 2022

KeyWords:

Violência Contra a Mulher; Violência Doméstica; Agentes Comunitários de Saúde; Representações Sociais.

*Corresponding author:

Bruna Cabral Barreto de Souza

ABSTRACT

Os aspectos histórico-culturais e sociais influenciam na ocorrência da violência doméstica contra a mulher, atrelando a ideia de inferioridade feminina em relação ao homem. Portanto, este estudo objetiva descrever as representações sociais de agentes comunitários de saúde sobre os aspectos histórico-culturais e sociais no contexto da violência doméstica contra a mulher. **Materiais e Métodos:** estudo descritivo, exploratório, de natureza qualitativa alicerçado na Teoria das Representações Sociais, a coleta de dados ocorreu no período de maio a agosto de 2019 na Estratégia de Saúde da Família de um município do interior da Bahia através da entrevista em profundidade com 30 agentes comunitários de saúde. A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo temática. **Resultados:** o machismo, patriarcado opressivo, desemprego e o uso abusivo de álcool e outras drogas foram identificados como fatores geradores e potencializadores de discórdias que podem resultar na prática de violência doméstica. **Conclusões:** compreender este fenômeno sob a ótica dos agentes comunitários de saúde permite o reconhecimento de fragilidades existentes no manejo da violência e aponta as necessidades de instrumentalizar as mulheres e profissionais para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Copyright©2022, Bruna Cabral Barreto de Souza et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Bruna Cabral Barreto de Souza, Tamiles Souza Oliveira, Aline Vieira Simões, Vilara Maria Mesquita Mendes Pires, Vanda Palmarella Rodrigues, Alba Benemerita Alves Vilela and Juliana Costa Machado "Aspectos histórico-culturais e sociais no contexto da violência doméstica contra a mulher", *International Journal of Development Research*, 12, (11), 60612-60616.

INTRODUCTION

A construção humana se dá pela influência dos aspectos histórico-culturais e sociais que permeiam o cotidiano, dentro desse processo de formação, as ideias de gênero estão presentes e são estabelecidas entre o que é o masculino e feminino, como se colocam na sociedade e como são vistos dentro dela. As diferenças entre homens e mulheres são construídas sobre rótulos sociais, a respeito dos locais que podem frequentar, funções que devem exercer e como se comportar, alimentando as desigualdades de gênero, agregando a ideia de que homens e mulheres vivenciam realidades diferentes no que tange aos seus direitos e deveres na sociedade. Essa divisão dos papéis sociais de gênero, a dominação de um sobre o outro, acarreta condições de vulnerabilidades, em especial às mulheres, expondo-as às diversas situações e dentre elas as de violência (CORREA, 2020). Dentre as violências praticadas contra a mulher tem-se a violência doméstica que é considerada como qualquer ação de omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica (Brasil, 2006). A partir dos dados de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que uma em cada quatro mulheres jovens, com idade

entre 16 a 19 anos, já foram vítimas de violência sexual e/ou física. Estes dados mostram a relevância deste tema para as discussões acadêmicas, especialmente no contexto atual de pandemia da COVID-19, uma vez que o isolamento social contribuiu para o aumento no número de relatos de violência por parceiro íntimo (OMS, 2021). O machismo tóxico presente nas diversas áreas de uma sociedade, contribuem irrefutavelmente para a inferiorização da mulher. Tal fator contribui para a ideia de que existe uma superioridade do sexo masculino sobre o feminino, o que por sua vez corrobora para existência de um cenário que favoreça a violência contra a mulher (SANTOS; ANDRADE, 2018). Diante deste aspecto, a atenção primária à saúde torna-se um importante cenário de enfrentamento da VDCM, uma vez que os profissionais de saúde atuantes neste espaço são, frequentemente, os primeiros a identificarem os sinais de violência contra mulheres, assim como são responsáveis por realizar a escuta, acolhimento e orientações. Dentre estes, destacam-se os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que ocupam posições estratégicas ao estabelecerem vínculos e adentrarem os domicílios destas mulheres, constituindo-se como principais atores na prevenção e identificação da VDCM (ARBOIT *et al.*, 2018; HEISLER *et al.* 2017). Deste modo, as representações sociais

construídas pelos ACS podem direcionar suas práticas de atenção às mulheres em situação de violência doméstica, ou seja, os seus conhecimentos, valores e experiências sobre o agravo podem refletir sobre sua compreensão da realidade social. As representações sociais são sempre um produto da interação e comunicação e elas tornam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social (MOSCOVICI, 2007). Tem-se então, que as representações sociais dos ACS sobre os aspectos histórico-cultural e social que envolvem a VDCM permitem a compreensão e atuação destes profissionais de saúde, facilitando a identificação de possíveis conflitos e o planejamento de estratégias frente ao fenômeno. Desta forma, este estudo objetivou descrever as representações sociais de agentes comunitários de saúde sobre os aspectos histórico-culturais e sociais no contexto da violência doméstica contra a mulher.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório de natureza qualitativa alicerçado na Teoria das Representações Sociais (TRS) com enfoque em sua abordagem processual desenvolvida por Denise Jodelet. A autora esclarece que enquanto forma de saber, a representação social se apresenta como uma modelização do objeto e qualifica esse saber como prático e se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos quadros e condições nas quais o é, e, sobretudo ao fato de que a representação serve para se agir sobre o mundo e sobre os outros (JODELET, 2001). O estudo foi realizado em 11 Unidades de Saúde da Família (USF) do município de Jequié, no interior da Bahia, Brasil. Utilizou-se como critério de inclusão unidades da zona urbana, com equipes dupla ou única, completas segundo protocolos do Ministério da Saúde no período da coleta de dados. Os participantes da pesquisa foram 30 ACS das referidas USF. A seleção dos participantes foi realizada por conveniência, através de contato por telefone com o enfermeiro supervisor foi solicitado um encontro com todos os ACS de cada uma das equipes da USF para que a pesquisadora pudesse convidá-los a participar do estudo. Como critério de inclusão o ACS deveria estar em atividade funcional e ter mais de seis meses de atuação na USF e como critério de exclusão ACS que estavam de férias, licença prêmio ou tratamento de saúde. Este estudo atende à Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que normatiza a pesquisa envolvendo seres humanos, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob parecer nº 3.233.780/2019 e CAAE: 07558718.1.0000.0055

Os dados foram coletados no período de maio a agosto de 2019, em sala reservada na USF, por meio da entrevista em profundidade individual, com o auxílio de um gravador de áudio, contendo questões disparadoras sobre a VDCM e apresentou uma duração média de 50 minutos. Após esse momento a pesquisadora disponibilizou o áudio para que o participante pudesse ouvir o seu depoimento, os aspectos éticos e de sigilo foram respeitados. A saturação teórica das entrevistas ocorreu a partir da 26ª entrevista, entretanto, foram realizadas mais quatro entrevistas no intuito de reforçar esta percepção. Os dados das entrevistas foram transcritos na íntegra em documento no Microsoft Word 2010. Para análise dos dados utilizou-se a Técnica de Análise de Conteúdo modalidade Temática proposta por Bardin, que é entendida como uma análise das comunicações visando obter através dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção destas mensagens (BARDIN, 2011). Neste processo de análise dos dados compreenderam três etapas: primeiramente a pré-análise, sendo organizado todo material advindo da transcrição das entrevistas, seguidas com leituras flutuantes para criar uma aproximação e familiaridade com os documentos que seriam analisados. Posteriormente, houve a exploração do material destacando as mensagens mais relevantes, permitindo a representação do conteúdo e por fim, o tratamento dos dados que ocorreu com a inferência e interpretação dos dados (BARDIN, 2011). A partir da análise dos resultados foram obtidas duas categorias: “Aspectos histórico-culturais no contexto da

violência doméstica contra a mulher” e “Aspectos sociais que envolvem o fenômeno da violência doméstica contra a mulher”. Os participantes da pesquisa foram identificados no texto seguido por um número de acordo com a ordem crescente das entrevistas realizadas, ou seja, participante nº 1 leia-se (Participante 1) e, assim sucessivamente.

RESULTADOS

Entre os 30 ACS do estudo um era do sexo masculino, predominando a faixa etária de 32 a 45 anos com 17 participantes, os quais 15 eram casadas, 14 apresentavam ensino superior completo e o tempo de atuação como ACS variou de 10 a 23 anos, sendo que a metade dos profissionais apresentavam de 15 a 23 anos de atuação (15).

Aspectos histórico-culturais no contexto da violência doméstica contra a mulher: A história e cultura da sociedade trazem condições que apontam as diferenças entre o ser homem e o ser mulher, existindo então a ótica de superioridade do homem em diversos ambientes, nos quais a mulher é vista como o ser submisso e inferior. Através dos depoimentos, os ACS representaram a VDCM como uma consequência do machismo e da visão patriarcal da sociedade, as quais embasadas em aspectos histórico-culturais tendem a justificar e naturalizar inúmeras situações de violência. *A gente vive em uma sociedade onde o homem se põe assim, ele é o homem, ele é o que manda, ele é o senhor, o chefe. (ACS 4) Eu acho que o que tá lá no topo da pirâmide da violência contra a mulher é o machismo, essa cultura machista a gente tem que achar que a mulher tem naquele lugar de exclusão, de submissão e que quando acontece algo errado a culpa é da mulher. (ACS14)* Diante disso, mulheres vivenciam em seu próprio domicílio uma dominação sobre suas ações e relações, em que se sujeitam a comportamentos agressivos em favor de conservar a idealização de que a mulher deve obediência absoluta ao homem, como podemos reportar na fala abaixo: *Então o que a gente vê muito é de machismo, é de que mulher não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, então tem muita mulher que vive ali debaixo da dominação daquele homem, então ela tem que se sujeitar a tudo que ele manda, tudo que ele faz com ela. (ACS3)*

Uma das participantes da pesquisa reportou sobre a cultura familiar que transpassa o papel da mãe e a criação de suas filhas, na qualé transmitida que a mulher deve ser completamente submissa ao homem, assim, a violência passa a ser uma forma de reforço comportamental dos homens para reafirmar o seu exercício de poder. Visualiza-se que as desigualdades são difundidas ainda na infância, através de uma educação diferenciada para as meninas, baseada em conceitos historicamente construídos e transmitidos. *Eu penso que a mulher é submissa porque também não, não sei de repente de ter algo lá na criação, nas crenças, de repente eu voltando lá para as questões mesmo de criação da mãe, o exemplo da mãe. (ACS8)* Neste ínterim, a história e cultura religiosa apontam alguns preceitos que são seguidos e respeitados por muitas famílias, onde a mulher deve ser aquela devota aos cuidados maternos e que prioriza os desejos familiares, ao modo que o homem deve exercer o papel de provedor para a esposa e para o lar. Nesse sentido, percebe-se que interpretações equivocadas desses ideais por parte da sociedade, em especial dos homens contribuem para que situações de violência sejam percebidas como um ato louvável, quando na verdade em detrimento dos mesmos preceitos religiosos tal atitude é inaceitável, como exemplificado em algumas falas a seguir. *Tem a questão da religião, por causa da família, por causa dos filhos, aquele negócio de casar e ter que viver para sempre entendeu. (ACS20) É a sociedade em si, que já é machista demais! A influência da igreja que fala que a mulher tem que ser do marido, tem que tá a disposição do marido, também tem isso a questão da religião que interfere muito em falar assim a mulher é submissa, aí ela se coloca nesse patamar da igreja, tendo que obedecer a igreja. Então a bíblia fala isso, que a mulher tem que ser submissa ao marido e eles confundem e acha que tem que agredir a mulher. (ACS22)* Para tanto, a partir dos depoimentos é possível verificar que os aspectos histórico-culturais que perpassam a vida social e familiar são fatores que podem

favorecer situações de VDCM, além disso é notório que em muitos casos a violência tem uma sustentação ideológica, alicerçada em uma estrutura de patriarcado opressivo que auxilia a dar significado às diversas formas misóginas.

Aspectos sociais que envolvem o fenômeno da violência doméstica contra a mulher: As construções sociais baseadas nos sexos masculino e feminino traduzem uma divisão de papéis que se expressa através de relações e do processo de divisão sexual do trabalho familiar e na sociedade. Sendo assim, os ACS apontaram em suas falas representações de conceitos socialmente constituídos, reproduzidos e naturalizados como, por exemplo, as funções de cada sexo, apontando que o caminho diferente das funções pré determinadas pode desencadear conflitos, como podemos verificar: *A mulher não pode fazer nada disso, ela tem é que lavar prato, varrer casa, lavar roupa vai dar tudo na mão do homem, isso também é um ato de violência. (ACS 4) O homem que foi criado no passado assim, pai mandava, mãe obedecia, filho também, mãe ficava dentro de casa e o homem não está preparado pra essa mudança e aí é na hora que vem os conflitos. (ACS28)* Nos mais diferentes relacionamentos existentes é possível observar que determinadas dinâmicas adotadas pelos casais podem contribuir para ocorrência de relacionamentos abusivos. As diferenças biológicas entre homens e mulheres muitas vezes são utilizadas para justificar a discriminação e restringir a autonomia feminina e esta se torna impedida de buscar um trabalho fora de seu lar o que suscita entre outros fatores uma dependência financeira da mulher em relação ao seu parceiro, como é exposto no relato do ACS. *Que muitas delas até quer trabalhar, mas o esposo não deixa, então às vezes você é obrigado a se submeter a violência doméstica (ACS24)*

Os participantes da pesquisa ancoram a VDCM na questão social e como tal, apontam que as relações socioeconômicas ganham destaque, seja a dependência financeira a qual muitas mulheres vivenciam, assim como, o desemprego de homens, que desestrutura o ambiente familiar pela ruptura da figura do provedor do lar desencadeando assim desentendimentos e possíveis vivências da violência. *A gente vê a casa assim, marido desempregado, mulher desempregada e menino chorando e aí começa os dois brigando, que não resolve nada, mas gera violência. (ACS7) O desemprego gera às vezes um conflito e esse conflito eles não conseguem às vezes sentar e conversar e acaba tendo agressões, gerando confusões brigas (ACS10)* Neste sentido, verificamos que o homem também sofre uma pressão através dos padrões impostos pela sociedade, já que a ele cabe a tarefa de trabalhar para garantir o sustento familiar. Sendo assim, muitas vezes homens buscam no consumo abusivo de álcool e outras drogas a fuga de seus problemas, quando na verdade essa atitude pode estimular a agressividade pela sensação de liberdade e coragem propiciada, como observados nos relatos a seguir: *O alcoolismo, as drogas, alcoolismo que leva esse homem a agredir, então se esse homem já é machista, se ele se propõe a usar droga ou álcool, aí isso piora a situação torna a mulher ainda mais vulnerável ainda nessas situações. (ACS12) O álcool e a droga às vezes estimulam um pouquinho, porque aquilo que você não consegue fazer sem algum efeito, sem o uso do álcool e da droga, é claro que você vai ter um efeito melhor, a coragem de agredir. Mas, não é um fator determinante, ajuda mas não é um fator determinante não. (ACS22)* Assim, compreende-se que a VDCM se faz presente desde os primórdios da civilização humana e ainda permanece na sociedade moderna, legitimando a subordinação da mulher através de condutas agressivas que são objetivadas nas formas física, psicológica, moral, patrimonial, dentre outras. Essa apreensão das representações dos ACS traz uma avaliação das desigualdades de gênero ainda existentes, o que faz refletir sobre a necessidade de quebrar paradigmas e ampliar o debate sobre os aspectos histórico-culturais e sociais que envolvem as mulheres em situação de violência doméstica.

DISCUSSÃO

A Teoria das Representações Sociais elaborada por Sergi Moscovici “é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a

elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). Através do senso comum, oriundo dos aspectos culturais, psicológicos e sociais, advindos da comunicação, convívio e trocas coletivas que comungam com o pensamento individual, permitindo que haja uma representação comum, diante de um objeto (MOSCOVICI, 1978).

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa (MOSCOVICI, 2007, p. 43).

Tendo em vista, que a Teoria das Representações Sociais relaciona as vivências cotidianas que transitam em uma dualidade do sujeito e da sociedade, incorporando algo até então considerado novo, envolvendo nesse processo a ancoragem e a objetificação, como formas de dar sentido e tornar o objeto familiar para aquele sujeito, para que assim seja possível conhecer e interpretar sua representação (SÁ, 1995). A base histórica da sociedade foi construída atribuindo diferenças entre os sexos, as posições que ocupam nas relações e os aspectos existentes em cada um. Desta forma, os sexos desempenham funções diferentes ao longo da história, como é apontado por Santiago (2007), que relata posições de liderança assumidas tanto por homens como por mulheres. Entretanto, contrapondo-se a isto o patriarcado baseado no machismo (SILVA; SOUZA, 2020), colocou os homens em condição de superioridade e como o ser dominador, consequentemente o sexo feminino foi estereotipado como inferior e visto como submisso em caráter total aos homens. Em decorrência dessa construção social, a diferença de gênero dentro das relações íntimas e familiares fundamentou-se em conceitos não equitativos propostos pelo machismo. Análise que é corroborada por Scott (1995) que afirma que o patriarcado alimenta a dominação masculina, o que consequentemente irá refletir para a subordinação feminina (SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1995).

Outro aspecto importante a ser avaliado são as religiões, as quais fazem parte da formação sociocultural das pessoas e da forma como compreendem as relações interpessoais. A religião desde os tempos antigos exerce influência nas relações entre os gêneros e coloca a mulher em um estado de completa submissão e até mesmo devoção em relação ao seu parceiro. Sirelle e Souza (2017) corroboram com essa afirmativa ao identificar que os preceitos de determinadas religiões impõem que a mulher deve devotar-se somente aos cuidados com a família e colocar os seus próprios desejos em último plano. Essa análise se enquadra tanto nos recortes históricos quanto nos tempos atuais, dado que diversas das religiões constroem um ideal de mulher que deve ser seguido por todas. Nesse sentido, muitas mulheres, vivenciam situações de violência e as normalizam por acharem que fazem parte da sua função social, acreditando que é seu dever enquanto mulher sofrer a violência de seu parceiro (SIRELLI; SOUZA, 2017; NEVES *et al.*, 2019). Ademais, a construção histórica do papel social da mulher e do homem sofreu influência da visão androcêntrica. Assim como afirma Lima *et al.* (2017) ao destacar que o estereótipo de gênero influencia os papéis sociais ocupados por mulheres e homens, as suas respectivas escolhas e por fim as suas ocupações profissionais. Essa realidade pode ser percebida nas profissões e trabalhos que são ocupados em sua maioria pelos homens, como a construção civil, mecânica e a engenharia. Em contrapartida, têm-se as profissões e trabalhos relacionados diretamente às mulheres e ligadas à manutenção da casa e aos cuidados de pessoas, tais como a auxiliar doméstica, babás, enfermagem e pedagogia (LIMA *et al.*, 2017). Bourdieu (2012) descreve a divisão social do trabalho de acordo com o sexo e os lugares que ocupam, destacando que o sexo masculino recebe mais atribuições externas ao lar, enquanto que o feminino está diretamente ligado as funções dentro do lar. Nesse sentido, nota-se que a visão social sobre os locais que homens e mulheres ocupam são influenciados pela necessidade de legitimação do papel que cada gênero deve desenvolver (LIMA *et al.*, 2017; BOURDIEU 2012). Esta divisão social em relação ao gênero apesar de não representar

uma relação de superioridade entre o trabalho externo e o realizado no domicílio, favorecendo a dependência financeira da mulher em relação ao seu parceiro, uma vez que não há atribuição salarial aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres em seu próprio lar, portanto, este fator reflete na permanência desta mulher com o seu agressor. Fator que corrobora com achados de um estudo realizado com profissionais de saúde do sul do Brasil, o qual evidenciou que a conquista de um emprego por parte de uma vítima de violência trouxe a sua independência financeira e consequentemente esta pode sair do cenário de violência em que se encontrava (SIGNORELLI; TAFT; PEREIRA, 2018). Associado a isso, outro aspecto que pode contribuir para ocorrência de VDCM é o desemprego (HESLER *et al.*, 2013). Pois, além de fragilizar as relações familiares, o desemprego impacta diretamente na dinâmica de relacionamento do casal, o que por sua vez gera discussões que podem culminar em atos de violência contra a mulher, que perpassam desde a violência psicológica até a física. É importante ressaltar ainda que o uso abusivo de drogas lícitas, tais como a bebida alcoólica é tido como uma das principais causas para a elevada incidência de violência doméstica (COSTA *et al.*, 2015). Estes dados assemelham-se aos encontrados pelos pesquisadores no Rio Grande do Sul, onde ACS relataram a existência de uma relação entre o consumo de bebida alcoólica e a postura violenta que é frequentemente adotada pelo agressor contra a mulher (ARBOIT *et al.*, 2018). Portanto, frente a incidência da VDCM na sociedade brasileira, faz-se necessário que os profissionais da área da saúde estejam capacitados e instrumentalizados quanto ao manejo da VDCM, em especial os ACS, uma vez que estes, frequentemente são os responsáveis por perceberem sinais de violência presentes na vítima, além de possuírem acesso ao domicílio das mesmas contribuindo assim para a formação de vínculo entre o profissional e a mulher.

CONCLUSÕES

O estudo permitiu, a partir das representações sociais de ACS, identificar aspectos sócio-históricos e sociais que são contribuintes para elevada incidência de VDCM. Nesse sentido é perceptível que construções de papéis baseadas nas diferenças de sexo podem tornar-se alicerce para visões inferiores sobre a mulher, o que por sua vez pode resultar em casos de VDCM. À vista disso, surgem reflexões acerca da imagem do ser mulher que foi construída pela sociedade ao longo dos anos, levando em consideração o seu papel enquanto mulher, esposa e mãe. Tais condições refletem na situação de vulnerabilidade feminina diante do exercício de uma masculinidade negativa, o que prejudica a qualidade de vida desta mulher e seu crescimento pessoal. Ademais, o uso abusivo de álcool e outras drogas foi apontado como um importante potencializador ou mesmo agente direto dos casos de violência. Entretanto, apesar da influência que as drogas, bem como de outras condições sócio-históricas podem exercer sobre o agressor, estes não se constituem como razões determinantes para que o fenômeno da violência se manifeste, portanto, os mesmos não podem ser entendidos como justificativa para que o homem pratique a violência contra a mulher. Para tanto, compreender este fenômeno sob a ótica dos ACS permite o reconhecimento de fragilidades existentes no manejo da VDCM e aponta para as necessidades de instrumentalizar as mulheres e profissionais para o combate da violência. Pois, desta forma é possível contribuir para que exista uma sociedade cada vez menos violenta e mais equitativa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T.M., REIS AFPR. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA SOB A PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU E SUA

APLICABILIDADE NO BRASIL QUANTO À ANÁLISE PROCEDIMENTAL DA LEI MARIA DA PENHA. Paradigma [Internet]. 14 de dezembro de 2018 [citado 22 de setembro de 2021]; 27(2). Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1074>.

- ARBOIT, Jaqueline *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. *Saúde e Sociedade* [online]. 2018, v. 27, n. 2 [Acessado 22 Setembro 2021], pp. 506-517. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018169293>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018169293>.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 6.ed. São Paulo: Edições 70, 201.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Kuhner, 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 12 de ago de 2021.
- CARVALHO *et al.* Interface between conjugal violence and alcohol consumption by the partner. *Revista Brasileira de Enfermagem [online]*. 2018, v. 71, suppl 5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0540>. Acessado em: 27 set. 2021.
- CORREA, F. E., L. A. Violência contra a mulher: um olhar histórico sobre o tema. *Âmbito Jurídico*. v. 1, n. 200, Setembro, 2020. em: 11 de agosto de 2021.
- GUIMARÃES, R. C. S. *et al.* Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Revista Cuidarte*. v. 9, n. 1, p. , abril, 2018. Disponível em: 10.15649/cuidarte.v9i1.438. Acesso em: 12/09/2021.
- HESLER, Lilian Zielke *et al.* Violência contra as mulheres na perspectiva dos agentes comunitários de saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem [online]*. 2013, v. 34, n. 1 [Acessado 22 Setembro 2021], pp. 180-186. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1983-14472013000100023>>. Epub 03 Abr 2013. ISSN 1983-1447. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472013000100023>.
- HESLER, Daniela *et al.* Potencialidades e limites da visita domiciliar para identificar e abordar mulheres em situação de violência/ Potential and limits of home visits to identify and address women in situation of violence. *Cienc. Cuid. Saúde* [Internet]. 19 de novembro de 2017 [citado 23 de setembro de 2021]; 16(3). Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/35348>.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LIMA, F.I., *et al.* The influence of gender social construction on professional choice. *Rev. Bras. Psico. Educ.* Araraquara, v. 19, n. 1, p. 33-50, jan/jun. 2017. Disponível em: DOI: 10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10818. Acesso em: 25 de julho de 2021.
- MOREIRA, V., BORIS, G.D.J.B., VENÂNCIO, N., The stigma of violence suffered by women in their intimate relationship with partners. *Psicologia & Sociedade*. v. 1, n. 23, p.1-9, ago, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-7182201100200021>. Acesso: 12 de ago de 2021.
- MOSCOVICI, S., A representação social da psicanálise. *Tradução de Cabral*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S., Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução: Guareschi, P. A. ed: 5. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NEVES, B., and S, *et al.* Violência doméstica e religiosidade na vivência de mulheres brasileiras imigrantes: percepções da psicóloga de um Consulado-geral do Brasil em Portugal. *Acad. Paul. Psicol.* v. 39, n. 96, São Paulo, jan/jun, 2019. Disponível

- em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2019000100003. Acesso em: 12/09/2021.
- OMS. Global, Regional And National Prevalence Estimates For Violence Against Women. 2021. Disponível em: <https://who.canto.global/s/KDE1H?viewIndex=0>. Acesso em: 27 set. 2021.
- SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org). O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: *Brasiliense*, 1995.
- SAFFIOT, H. I. B., Gênero, patriarcado, violência. [S.I.]: Gênero 2 reimp, 2004. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20ivro%20completo.pdf/view>. Acesso
- SANTIAGO, Rosilene Almeida. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, v. 11, n. 1, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. [S.I.]: Educação e realidade, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 12/08/2021.
- Signorelli, Marcos Claudio, Taft, Angelaand Pereira, Pedro Paulo Gomes Domestic violence against women, public policies and community health workers in Brazilian Primary Health Care. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2018, v. 23, n. 1 [Accessed 22 September 2021], pp. 93-102. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.16562015>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.16562015>.
- SILVA, Patrick Luiz Martins Freitas; DE SOUZA, Esther Héllem Monteiro. DA PERSPECTIVA CULTURALISTA DE MACHISMO À PROTEÇÃO AO FEMINICÍDIO: ALGUNS APONTAMENTOS. *Revista Científica Doctum Direito*, v. 1, n. 4, 2020.
- SIRELLI, P. M; SOUZA, M. O. Religião e a propagação da ideia de submissão da mulher. *Revista Serviço Social em Perspectiva. Montes Claros*. v. 1, n. 2, p. 1-19, jun/dez, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/972/1021>. Acesso em: 12 de ago de 2021.
